



HAL
open science

Desenvolvimento sustentável e assentamentos de reforma agrária na amazônia: o caso do PDS Esperança

Ricardo Theophilo folhes, Otávio Do Canto, Philippe Léna, Rodolpho Zahluth Bastos, L. Pinheiro, D.O. Damazio, M. Silva

► To cite this version:

Ricardo Theophilo folhes, Otávio Do Canto, Philippe Léna, Rodolpho Zahluth Bastos, L. Pinheiro, et al.. Desenvolvimento sustentável e assentamentos de reforma agrária na amazônia: o caso do PDS Esperança. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. *Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções*, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.239-260, 2019, 978-85-88998-73-5. halshs-02354822

HAL Id: halshs-02354822

<https://shs.hal.science/halshs-02354822>

Submitted on 7 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: O CASO DO PDS ESPERANÇA

Ricardo Folhes
Otávio do Canto
Philippe Léna
Rodolpho Zahluth Bastos
Luiza Pinheiro
Dyego Damázio
Marcelo Silva

Apresentação da área de estudo

O PDS Esperança está situado a aproximadamente 45 quilômetros da sede do município de Anapu, localizada às margens da rodovia Transamazônica, a 625 quilômetros de Belém, capital do Estado do Pará. A origem de Anapu está relacionada à construção da Transamazônica, a partir do início da década de 1970. O objetivo dessa rodovia era ligar o nordeste ao norte brasileiro e promover a implantação de projetos de colonização, reforma agrária e de grandes projetos agropecuários empresariais. Na faixa em que a Transamazônica corta o território paraense, foram planejados e parcialmente executados os PIC-Altamira, PIC-Itaituba e PIC-Marabá, cujos limites eram fixados por uma faixa média de 10 quilômetros de cada lado da Transamazônica.

A colonização espontânea foi, entretanto, o principal meio de acesso à terra nos PICs. Alguns dos povoados erigidos espontaneamente, nos anos 1970 e 1980, deram origem às sedes dos municípios que, a partir do início dos anos 1990, passaram a ser criados na Transamazônica. Dessa forma, Anapu foi elevado à categoria de município em 1995, quando já dispunha de uma população de aproximadamente 10.000 pessoas.

▪ A origem dos conflitos fundiários

Em 1975, o Governo Federal promoveu a venda de terras públicas nos limites dos PICs, com o objetivo de implantar projetos agropecuários. Por meio de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs) foram alienados, “nos fundos dos PICs”, pouco mais de uma centena de lotes de 3.000 hectares. Os contratos estabeleciam, entretanto, um conjunto de regras aos compradores (pagamento em dia das prestações, uso produtivo das terras adquiridas, medição, demarcação, etc.). Caso as regras fossem cumpridas, os compradores poderiam obter títulos definitivos de propriedade. Caso não, o contrato deveria ser cancelado e a terra deveria voltar ao patrimônio da União (INCRA, 2010).

No início dos anos 1980, reforma agrária e regularização fundiária eram as demandas principais dos movimentos sociais da Transamazônica que, àquela altura, viam as áreas destinadas aos PICs serem transformadas em grandes fazendas de gado. Diante das contradições entre a crescente demanda por terra e o aumento da concentração fundiária, o INCRA, pressionado pelos movimentos sociais, realizou as primeiras vistorias nos CATPs no início dos anos 1980. Na oportunidade, o INCRA constatou que na ampla maioria dos casos as condições contratuais não estavam sendo seguidas pelos alienantes e iniciou uma longa disputa judicial para a retomada dos lotes, com o objetivo de destiná-los à reforma agrária. Apenas depois de mais de uma década de disputas judiciais o INCRA conseguiu retomar alguns dos lotes alienados. Os conflitos fundiários ganharam relevo justamente quando o INCRA, no início da década de 1990, começou a destinar os CATPs retomados à criação de assentamentos de reforma agrária para, assim, dar vazão a demanda por terra e por regularização fundiária dos camponeses que chegavam ou que já se encontravam na região.

Em meio a grande tensão social e a expressiva “ambientalização” dos conflitos fundiários devido aos impactos visíveis do desmatamento na Transamazônica, surgiu entre os movimentos sociais de Anapu a proposta de uma nova modalidade de assentamento de reforma agrária inexistente na

estrutura fundiária brasileira até então, o PDS. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o objetivo de um PDS seria o de “conciliar o assentamento de populações tradicionais (ou não) da Transamazônica - indígenas, extrativistas, ribeirinhos, posseiros, camponeses - em área de interesse ambiental”.

Em 1999, o INCRA cria oficialmente a modalidade PDS. As áreas para criação de PDS deveriam ser destinadas mediante “concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista”. Com base nessas condições, em novembro de 2002, foi criado pelo INCRA o PDS Anapu I (denominação oficial do PDS Esperança), sobreposto a CATPs retomados judicialmente.

A criação dos primeiros PDS em Anapu levou ao acirramento dos conflitos fundiários: muitos posseiros já devidamente assentados pelo INCRA passaram a ser ameaçados e expulsos dos lotes por grupos armados. Derrotas do INCRA em batalhas judiciais, contra fazendeiros e madeireiros, inviabilizavam a demarcação dos lotes nos PDS criados (CPT, 2010). Em meio a essa configuração de conflitos, Irmã Dorothy, religiosa norte-americana que, desde os anos 1970, militava pela reforma agrária na Transamazônica, foi brutalmente assassinada em 2005, no lote 55 do PDS Esperança. As repercussões internacionais levantadas pela morte da missionária americana fizeram com que o Governo Federal dirigisse para esse assentamento certa prioridade financeira e institucional.



Figura 1: Sepultura da Irmã Dorothy, no PDS Esperança, 2015.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

A missão de campo do projeto DURAMAZ 1, realizada em 2007, dois anos depois do assassinato da irmã Dorothy, deparou-se com um contexto de disputas internas pela representação política dos assentados e pelo controle da gestão do projeto de manejo da reserva florestal do PDS Esperança. Cristalizava-se no PDS, tensões entre entidades que eram parceiras, enquanto Irmã Dorothy vivia, notadamente, a CPT e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Anapu.

▪ Configuração territorial e institucional da modalidade PDS

Na modalidade de assentamento PDS, há um sistema misto de gestão dos lotes. A parcela de terra legalmente permitida para o desmatamento e posterior utilização agropecuária é gerida individualmente por cada assentado, não podendo ultrapassar a 20% do tamanho total do lote. No PDS Esperança, os lotes possuem 100 hectares; logo, cada assentado tem direito a uma parcela de 20 hectares para utilização agropecuária. De acordo com as normas oficiais, cada assentado pode receber uma guia de autorização de desmate de no máximo três hectares/ano, até atingir um limite máximo de 20 hectares. Os limites entre as parcelas, conforme os moradores entrevistados, não foram ainda demarcados, são “limites de direito” e não há previsão para a realização da demarcação topográfica.

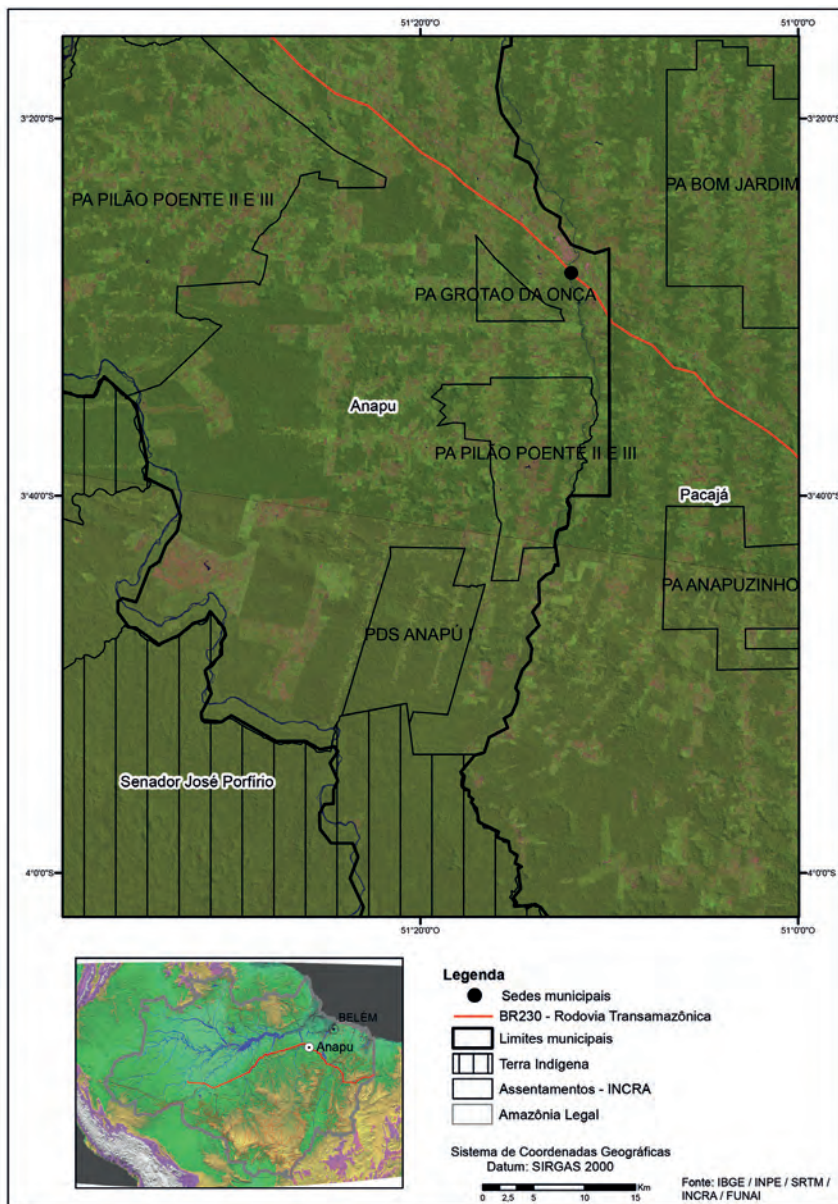


Figura 2: Localização do PDS Esperança em seu perímetro inicial.
Fonte: IBGE, INCRA, INPE. Elaboração Ricardo Folhes, 2015.

As parcelas estão distribuídas ao longo das vicinais 0, 1, 2 e 3, e nos lotes 55 e 57. Elas possuem 100 metros de frente por 200 de fundo. As parcelas de ocupação mais antigas estão na vicinal 2 e as mais recentes no lote 57, onde um CATP não cumprido foi recentemente incorporado ao PDS. O PDS Esperança contava com 271 parcelas e aproximadamente 21.000 hectares, em março de 2015.

Já a porção de reserva florestal, localizada entre os fundos de lotes, deve ser no mínimo coincidente com a área de reserva legal (80% na Amazônia), não sendo permitido seu parcelamento. A reserva florestal pode ser explorada coletivamente por meio de um ou mais Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), que, por sua vez, podem ser geridos diretamente pela associação representativa do PDS ou terceirizado a uma empresa madeireira.

No PDS Esperança, além das parcelas e da área florestal, foi planejada a construção de uma Vila, com aproximadamente 2,4 hectares, onde cada morador teria em teoria direito a um lote de 10 x 30 metros. Mas, na prática, cada família assentada pode optar por implantar os créditos disponíveis para a construção de casas (crédito habitação) na Vila ou em seu próprio lote. No PDS Esperança a adesão à Vila foi pequena. Apesar do número pequeno de casas, há na Vila uma escola, um posto de saúde, um estabelecimento comercial e uma igreja evangélica bem estruturada.

No que diz respeito aos atores institucionais, suas vinculações são fundamentalmente relacionadas à representação política e administrativa dos assentados e aos programas de crédito e assistência técnica. Duas entidades rivalizam pela representação dos assentados. A mais antiga, criada junto com o PDS em 2002, chama-se Associação Esperança do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Anapu 1 (AEPDSA). A mais recente é a Associação Agroecológica dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Santo Antônio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Anapu (AGROECO). A primeira possui forte vínculo com o STTR, enquanto a segunda é assessorada pela CPT.

Há três anos, a prestadora de assistência técnica do PDS Esperança é o Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDESAM), empresa

sediada em Pacajá, município vizinho a Anapu. O IDESAM disponibiliza ao PDS Esperança 10 técnicos agrícolas e uma assistente social, a quem cabe auxiliar os assentados na obtenção da documentação necessária ao acesso a créditos (instalação, mulher, habitação, Pronaf e Mais Alimentos, etc.) e benefícios (pensões e bolsas). Os créditos instalação (R\$ 3.200,00) e mulher (R\$ 3.200,00) são distribuídos diretamente pelo INCRA, enquanto as várias modalidades de créditos originados do Pronaf são intermediadas pela prestadora de assistência técnica e pelo INCRA junto ao Banco da Amazônia (BASA). Já o crédito habitação é agenciado pelo INCRA junto ao Programa Minha Casa Minha Vida.

O IDESAM mantém escritório no PDS Esperança. A maior parte dos técnicos contratados são filhos de camponeses de Anapu e região, havendo entre eles alguns com relações de parentesco com assentados do PDS Esperança. O planejamento e a fiscalização das atividades da prestadora de assistência técnica, embora sejam acompanhados pelas entidades representativas dos assentados, ficam a cargo do Posto Avançado do INCRA em Anapu. De acordo com os movimentos sociais de Anapu, o INCRA local, desde o início de 2014, perdeu a autonomia em intervir nas questões fundiárias, dedicando-se desde então apenas ao acompanhamento da assistência técnica. Tal medida vem sendo alvo de muitas críticas, pois os demais assuntos relacionados à política fundiária estariam sendo resolvidos pela Unidade Avançada do INCRA de Altamira, cidade localizada a aproximadamente 100 quilômetros de Anapu, o que teria diminuído a agilidade das ações do próprio INCRA e a capacidade de pressão e monitoramento por parte dos movimentos sociais.

A despeito do crescimento do número de famílias assentadas no PDS com projetos aprovados pelo Pronaf, um ator de peso no fomento à produção rural local é um comerciante aviador, ex-gerente do BASA de Pacajá, cidade a cerca de 100 quilômetros de Anapu, que pelo menos há seis anos está estabelecido no PDS, sendo proprietário do maior estabelecimento comercial existente no assentamento.

- A experiência de desenvolvimento sustentável observada durante o projeto DURAMAZ 1 ainda está funcionando? Foi apropriada localmente?

Apesar do contexto de violência e do número de assassinatos ter aumentado nos últimos dois anos em Anapu, com pelo menos um caso em 2015 acontecendo no interior do PDS Esperança, esta continua sendo uma importante iniciativa com vistas a um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo predador encontrado nessa região da Transamazônica paraense, onde a violência, a grilagem e a exploração irregular de madeira continuam sendo a tônica.

Entretanto, apesar da taxa de abandono dos lotes ter diminuído no PDS Esperança, possibilitando aos assentados uma maior capacidade de compreensão e aceite das regras dessa modalidade de assentamento, muitos desacordos e infrações às regras ainda acontecem. Nesse sentido, há dois tipos de problemas principais. Em primeiro lugar, os desacordos que cercam a gestão sustentável compartilhada da reserva florestal. Em segundo lugar, aparecem os problemas relacionados à compra e venda de lotes que, conforme presenciado em campo, parecem ter origem na confusão de significados entre “direito a terra” e “direito ao trabalho na terra”. Alguns dos assentados entrevistados dizem concordar com a norma do INCRA a qual impede a venda de lotes, mas entendem que todos que quisessem sair do assentamento deveriam ter o direito de receber pelo trabalho deixado na terra, ou seja, as benfeitorias, as roças, os pastos e as lavouras permanentes. Como o INCRA vem ultimamente cumprindo a norma, muitos conflitos vêm ocorrendo, gerando um grande sentimento de insatisfação entre muitos assentados.

Síntese das informações

- Comparação com DURAMAZ 1
- Quais modificações aconteceram na configuração geográfica do sítio de estudo?

O PDS foi ampliado com a inclusão do lote 57, um CATP com um pouco menos da metade da sua área ocupada por pastagens. Chama atenção

as alterações em termos de habitação e dinâmica produtiva no PDS. Até março de 2014, haviam sido liberados recursos para mais ou menos 100 casas: 30 projetos ficaram a cargo da AGROECO, enquanto 70 ficaram sob responsabilidade da AEPDSA. As casas construídas são de alvenaria com no mínimo dois quartos, sala, banheiro e cozinha. Porém, é possível encontrar situações em que alguns lotes possuem residências maiores, com amplas varandas, pois cada família pode adicionar recursos próprios para a ampliação e melhoria das casas, enquanto em lotes vizinhos as casas são construídas de palha e madeira.

Aproximadamente 80% das casas têm fornecimento de energia elétrica, não havendo, no entanto, serviço público de abastecimento de água potável, sendo através de poços, bicas e de coleta de água direta nos igarapés as formas principais de abastecimento.

Os assentados recebem, em espécie, do banco gestor do Pronaf apenas os recursos direcionados ao pagamento de mão de obra. Os demais insumos envolvem acordos diretos entre os estabelecimentos comerciais credenciados no programa e o próprio banco. A mão de obra contratada pode ser proveniente das unidades domésticas ou externa a elas, sendo, na maioria das vezes, originária do próprio assentamento. Ou seja, existe um mercado de trabalho no interior do PDS que indica processos de diferenciação econômica em andamento. Solos fracos e a baixa oferta familiar de braços para a lavoura do cacau são os fatores principais que acabam muitas vezes levando algumas famílias de assentados a procurarem trabalho em parcelas nas quais as práticas agrícolas são mais intensivas. De acordo com a prestadora de assistência técnica, havia em março de 2014, no PDS Esperança, cerca de 670.000 pés de cacau plantados.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre 2005 e 2013, foram desmatados aproximadamente 2.520 hectares no PDS Esperança, sendo que 69% do desmatamento (1.761,85 hectares) ocorreram entre 2005 e 2009, por três motivos principais. Em primeiro lugar, durante esse período foram incorporados ao PDS dois antigos CATPS, os denominados “lotes 55 e 57”, que já haviam sido desmatados por

fazendeiros com vistas à implantação de pastagens. Em segundo lugar, esse período também coincidiu com a instalação inicial de famílias nas parcelas. Finalmente, algumas “invasões” levaram ao desmatamento de trechos da reserva legal¹. No período seguinte, 2010 a 2013, 759,89 hectares foram desmatadas, devido tanto à instalação de famílias em novas parcelas quanto à ampliação de áreas agrícolas e pastagens em parcelas antigas.

- Quais foram as modificações em relação aos projetos e atividades que foram observados durante DURAMAZ 1?

De acordo com os dados levantados em 2007 no âmbito do DURAMAZ 1, a maior parte das famílias assentadas no PDS Esperança era originária de diferentes regiões do nordeste brasileiro. A maioria das famílias se conheceu no próprio assentamento, fato que contribuía para que as relações de vizinhança fossem limitadas, não obstante houvesse também altas taxas de abandono dos lotes. Junto às altas taxas de abandono, a ausência de assistência técnica, os conflitos fundiários e os problemas relacionados à gestão da reserva florestal limitavam as condições para a implantação de créditos e conseqüentemente o desenvolvimento de atividades produtivas.

Atualmente, os conflitos fundiários e os desacordos em torno da gestão florestal persistem, afastando dos assentados as condições de apropriação plena dos benefícios do modelo de gestão pensado para a modalidade PDS. No entanto, o programa de assistência técnica e a liberação de créditos (oficiais ou originados pelo aviamento) permitiram um considerável desenvolvimento do cultivo de culturas temporárias e permanentes, além do desenvolvimento da pecuária, não obstante esta última não ter sido inicialmente prevista e permitida pelos idealizadores da modalidade PAE.

¹ Em 2011, a reserva legal do PDS Esperança ainda estava irregularmente ocupada por 22 famílias; as últimas cinco foram retiradas pelo INCRA apenas no início de 2012.

- Quais os atores institucionais que se encontram no sítio hoje? Quais mudanças em relação a DURAMAZ 1? Quais as suas relações? Qual é o papel do setor público, das ONGs e do setor privado?

O quadro de arranjos institucionais encontrado em 2007 pelo DURAMAZ 1, no PDS Esperança, já apontava para tensões de várias ordens que opunham grupos de interesses conflitantes no interior da associação representativa dos assentados, a AEPDSA. O principal foco dos conflitos dizia respeito aos trabalhos conduzidos pela prestadora de assistência técnica, contratada pelo INCRA e ao manejo da reserva florestal (que no caso do PDS Esperança é a própria reserva legal do assentamento).

Tais conflitos internos reproduziam no PDS Esperança disputas políticas na Transamazônica que, àquela altura, geravam um quadro de forte tensão entre movimentos sociais parceiros. Não há espaço neste artigo para um aprofundamento desse contexto que, grosso modo, passou a opor, de um lado, setores da Igreja Católica ligados à teologia da libertação e à CPT (que defendiam a autonomia dos assentados na gestão das reservas florestais e sua autonomia em relação às empresas madeireiras) e, de outro lado, os STTRs de alguns municípios da Transamazônica (acusados pelos primeiros de procurarem alianças com madeireiros para a viabilização dos planos de manejo).

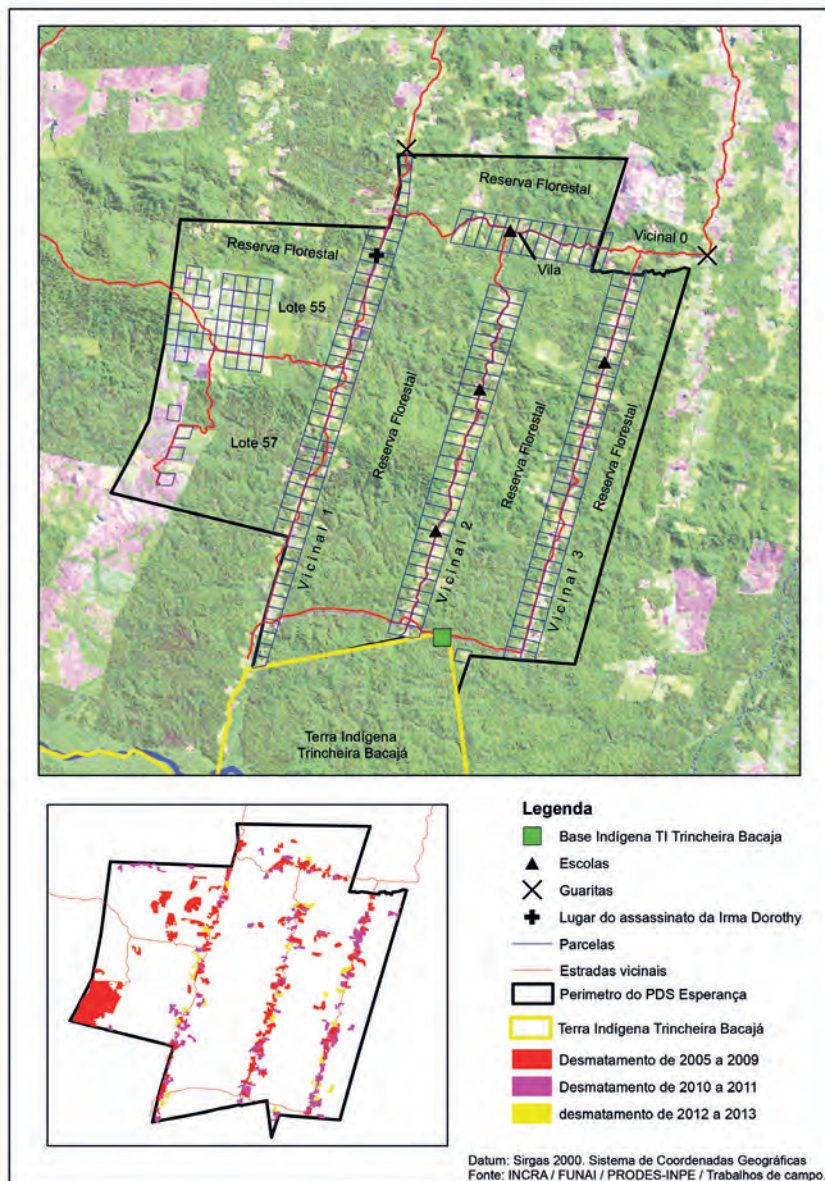


Figura 3: PDS Esperança em seu perímetro atual, viciniais, infraestruturas e o registro de desmatamento.

Fonte: INCRA, IBGE, INPE, trabalhos de campo.

Elaboração Ricardo Folhes, 2015.

Os conflitos relacionados ao controle político e ao modelo de gestão da reserva florestal cristalizaram-se, ao final de 2008, em um grande "racha" político na AEPDSA, resultando na criação de uma segunda associação de moradores, a AGROECO. Enquanto esta tinha o apoio da CPT e da Igreja Católica local, aquela era apoiada pelo STTR de Anapu, quadro que não se alterou até a atualidade.

Até 2008, a prestadora de assistência técnica no PDS Esperança era a Associação Econômica e Ecológica de Fruticultura da Amazônia (ASEEFA), criada pela Irmã Dorothy e por algumas famílias que haviam sido assentadas no PIC Altamira nos anos 70. A ASEEFA incentivou o plantio de cacau nas áreas parcelares e tentou viabilizar a elaboração do manejo da reserva florestal, mas teve seu contrato rescindido no final de 2008, devido ao mesmo contexto que propiciou o "racha" na AEPDSA, e levou ao surgimento da AGROECO. O "racha" ficou territorialmente definido. Nas vicinais 0, 2 e 3 ocorre o predomínio de associados à AEPDSA. Já na Vicinal 1 e nos lotes 55 e 57, esses dois últimos formados predominantemente por pastos, a maioria dos assentados são vinculados à AGROECO.

▪ Síntese e análise das informações DURAMAZ 2

- Quais são as principais conclusões sobre a questão dos jovens?

A ampla maioria dos entrevistados (59,6%) entende que o PDS pode ser importante para o futuro dos seus filhos, sem desconsiderarem a educação como o principal vetor para a formação e mudança estrutural da vida dos jovens, quase sempre relacionada à integração e acesso aos serviços comuns à cidade, dentre eles trabalho. É muito forte o imaginário de uma vida melhor na cidade.

- Quais conclusões sobre as relações com as áreas urbanas?

Realizar compras (27,2%), buscar tratamento de saúde (20,4%) e receber benefícios sociais (18,5%) são para o conjunto dos entrevistados

no PDS Esperança os principais motivos para irem à cidade de Anapu, o centro urbano mais próximo. Porém, mesmo até Anapu, há ainda grandes dificuldades de acesso. No período chuvoso, chamado de inverno, o trecho de 45 quilômetros até Anapu pode levar várias horas caso seja percorrido por veículos simples e motos. Não há transporte público regular sendo, eventualmente, operacionalizado por alguns ônibus particulares. Do total de entrevistados, 57% possuem meio de transporte próprio, sendo a moto o meio principal para 50% dos entrevistados.

Das 69 famílias entrevistadas no PDS, apenas uma mantinha casa na cidade, pois um dos seus membros trabalhava durante a semana como mecânico em Anapu, retornando ao PDS nos finais de semana. Uma quantidade maior de entrevistados disse trabalhar esporadicamente fora do assentamento, fazendo bicos temporários em atividades rurais. O que nos parece ser mais comum, nos casos em que um membro da família precisa passar períodos maiores na cidade ou mesmo nela morar para poder trabalhar ou estudar, é que essa permanência aconteça em casas de parentes.

- Quais são as conclusões em relação à percepção das mudanças climáticas?

Alguns assentados mostram preocupação com a manutenção da produtividade das lavouras de cacau, quando se passarem mais anos após o desmatamento realizado para a implantação das lavouras. Como nos disse José, um assentado da vicinal dois, “nosso cacau ainda está se beneficiando do adubo da mata que foi cortada e das matas que ainda existem entre as lavouras, quando todo mundo desmatar seus 20 hectares não sabemos como vai ficar”.

Esses temores, junto à percepção de que a estação chuvosa se alterou (chove menos no conjunto da estação chuvosa, mas as chuvas de tempestade são mais intensas) compõem as principais preocupações em relação ao clima, apesar de 44,1% dos entrevistados acharem que no PDS o meio ambiente melhorou e 32,4% entenderem que ficou igual quando comparado há cinco anos.

Entretanto, os resultados quantitativos correspondentes à variável ambiental devem ser tomados com muita cautela. Percebe-se que, para alcançar um melhor grau de confiabilidade, uma longa pesquisa qualitativa seria necessária.

	Ficou igual	Melhorou	Piorou	Não sabe
Renda	32,80%	61,20%	4,50%	1,50%
Meio-ambiente	32,40%	44,10%	19,10%	4,40%
Organização comunitária	22,10%	42,60%	26,50%	8,80%
Condições de vida	26,50%	64,70%	7,40%	1,50%
Saúde	33,80%	47,10%	16,20%	2,90%

Tabela 1: Qualidade de vida: situação em relação há cinco anos.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

- Qual é a percepção das populações em relação às suas condições de vida e a sua evolução desde 2007?

Quando perguntados sobre a condição de vida atual em relação há cinco anos, 46% dos entrevistados responderam que ela melhorou, enquanto 29% disseram que ela permaneceu igual e 25% acharam que ela piorou. De fato, parece ser inegável que as condições gerais de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, apesar de estarem longe das condições ideais, melhoraram significativamente no PDS Esperança. Durante nossa permanência em campo, o posto de saúde construído na Vila do PDS não estava funcionando. Isso não impediu que 46% dos entrevistados achassem que as condições de atendimento básico a saúde melhoraram, fundamentalmente, porque entendem que as condições gerais de atendimento em Anapu e Altamira estão mais eficientes do que no passado; não obstante, essa opinião não impede muitas críticas ao sistema público de saúde.

Em relação à educação, há escolas de ensino básico em todas as vicinais, sendo que algumas delas estão sendo reformadas e ampliadas. Porém, não há oferta de ensino médio no PDS, o que gera muitas críticas e desmotiva

muitos jovens a continuarem os estudos. Se os recursos provenientes de aposentadorias e da bolsa-família são citados pela importância que possuem na visível melhoria na condição de vida dos assentados, foram a agricultura (principalmente cacau, pimenta e banana) e a pecuária que dinamizaram a produção e as trocas econômicas. Nesse sentido, 61,2% dos entrevistados disseram que a renda melhorou nos últimos cinco anos. Parece ser, no entanto, a maior estabilidade adquirida em termos de permanência nos lotes, a maior satisfação da maioria dos assentados. É justamente o medo de que essa estabilidade sucumba aos muitos conflitos fundiários e aos conflitos relacionados à gestão da reserva florestal o maior receio no PDS Esperança.

Conclusão

Em 2004, operavam em Anapu 25 madeireiras, que juntas empregavam mais trabalhadores do que a Prefeitura Municipal de Anapu, fato incomum em muitos pequenos e médios municípios nas amazônias brasileiras, nos quais as prefeituras municipais costumam ser os maiores empregadores. A ilegalidade da atividade florestal era a tônica. O cenário de desmatamento acelerado e a grande incidência de crimes de várias ordens vieram a ter grande repercussão internacional com o assassinato da irmã Dorothy, no lote 55 do PDS Esperança, um CATP não cumprido que havia sido retomado judicialmente pelo INCRA.



Figura 4: Equipe de pesquisa no PDS Esperança e lideranças locais.
Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

Atualmente, a atividade madeireira se mantém como a segunda maior empregadora do município, com cerca de 1.000 empregos gerados, pouco menos que os 1.220 trabalhadores empregados pela prefeitura municipal. Há muitas denúncias sustentando que boa parte da atividade madeireira está à margem da lei, ou seja, que opera em áreas cobertas por planos de manejo florestal sustentável irregularmente licenciados pela SEMAS/PA, ou mesmo em áreas sem licenciamento ambiental, em terras públicas não destinadas ou em assentamentos de reforma agrária.

Desde a morte da Irmã Dorothy, o PDS Esperança passou a receber maior atenção do Governo Federal na tentativa de oferecer uma resposta à sociedade, do que poderia ser um exemplo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Entretanto, as principais atividades produtivas do PDS são o cacau e a pecuária, assente nas mesmas cadeias de comercialização encontradas em áreas não incluídas em assentamentos de reforma agrária de Anapu e região - uma cadeia de atravessadores que tem como comprador final a filial da multinacional Cargill instalada em Altamira - sendo o aviamento o principal mecanismo financiador da cadeia produtiva de cacau no PDS Esperança.

A gestão da reserva florestal é um dos motivos que fundamenta a existência da modalidade PDS, mas no caso do PDS Esperança ela acaba sendo o epicentro dos conflitos de interesses cristalizado nas filiações que cada associação de moradores mantém com organizações externas. O resultado mais expressivo dos conflitos é a existência, desde 2011, de duas guaritas nas duas principais entradas do PDS, construídas pelo INCRA após a eclosão de um longo conflito em 2010 que demandou a permanência da Guarda Nacional no local por um grande período. Nessas guaritas, para impedir o roubo de madeira do PDS, permanecem ainda hoje vigias armados 24 horas por dia.

Não é de estranhar, então, que seja nas terras consideradas como de uso comum que incidam os principais conflitos. Esses conflitos são acirrados pela força econômica e política que representam os madeireiros (“ninguém se elege sem o apoio dos madeireiros”, nos dizia um interlocutor em Anapu), que exercem pressão para explorar as reservas florestais do PDS.

Além do mais, a violência não parou com o assassinato da irmã Dorothy. O imbróglio fundiário inicial e a disputa pela terra que ele desencadeou continuam a produzir os mesmos efeitos. Somente entre julho e outubro de 2015, houve sete execuções por pistoleiros em Anapu, além de ameaças e intimidações. Em cinco desses casos, estaria em jogo uma terra pública reivindicada por um dos acusados de ser mandante do assassinato da Irmã Dorothy, e que responde ao processo em liberdade. A última vítima ocorreu em novembro de 2015, o segurança de uma das guaritas do PDS Esperança foi brutalmente assassinado no interior do próprio assentamento.

Todos esses fatos não nos habilitam a dizer que o PDS Esperança vem cumprindo as expectativas que cercam essa modalidade de assentamento. De acordo com um secretário de governo local, no PDS Esperança o “desenvolvimento socioeconômico vai bem, mas o sustentável vai mal”. São muitos os desafios para o desenvolvimento sustentável na região da Transamazônica, onde a modalidade PDS foi amplamente descaracterizada, dando lugar em inúmeras situações à grilagem, à atividade madeireira ilegal e à pecuária. Apesar desse cenário, o PDS aqui analisado continua a ser uma das maiores esperanças, pois o vigor emergente da agricultura familiar que lá pode ser observado não pode deixar de ser ressaltado. Não obstante, assente-se ainda em antigas relações clientelísticas personalizadas na figura de um patrão aviador.

PDS Esperança		
<i>Área</i>		
Região	Leste da Transamazônica.	
Estatuto legal	Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).	
Vegetação	Floresta ombrófila.	
Acesso	Terrestre.	
Comunidade estudada	Travessões.	
Atividades econômicas principais	Agricultura de subsistência, polpa de frutas.	
Aposta de sustentabilidade	Sistemas agroflorestais.	
Equipe de campo	Ricardo Folhes, Otávio do Canto, Philippe Léna, Rodolpho Bastos, Luiza Pinheiro, Dyego Damázio, Marcelo Silva.	
<i>Características do sítio</i>		
	DURAMAZ 1	DURAMAZ 2
Área desmatada	8.8 %	16 %
Moradias pesquisadas	61	68
Número médio de filho por família	2.51	3.56
<i>Condições de vida</i>		
Acesso à rede elétrica 24hs	44.3 %	80 %
Acesso à água encanada/tratada	0 %	0 %
Custo médio para ir à cidade (R\$ ida e volta)	50	66
<i>Renda e nível de vida</i>		
Renda média (salários mínimos)	0.82	1.22
Pessoas com meio de transporte motorizado	40 %	48.5 %
Pessoas com telefone celular	0 %	64.7 %
<i>Modo de vida</i>		
Pessoas que costumam caçar	80.3 %	63.2 %
Pessoas que costumam pescar	70.5 %	73.5 %

Tabela 2: Síntese dos indicadores para o sítio PDS Esperança.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.